
A Educação Física na Educação Profissional e Tecnológica: Integrando Ciência, Trabalho e Cultura

Raimundo Naldo Uchôa Junior, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.4322/mp.978-65-84548-20-6.c10>

Resumo

O Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia busca integrar formação específica e geral, ultrapassando a dicotomia histórica entre elas. Ao contrário da abordagem tecnicista, que enfatiza apenas o conteúdo, este modelo prioriza tanto o aluno quanto o professor, conectando o conhecimento com a realidade local. A Educação Profissional e Tecnológica promovida nos Institutos Federais visa transcender o foco exclusivo no mercado de trabalho, buscando formar indivíduos completos, com conhecimento em trabalho, ciência, tecnologia e cultura. A Educação Física, dentro deste contexto, se integra aos conteúdos específicos dos eixos tecnológicos dos cursos, considerando suas particularidades, enriquecendo a formação dos estudantes. Entender as metas da Educação Física neste modelo é assegurar um desenvolvimento amplo do indivíduo, contemplando suas diversas dimensões e promovendo um crescimento omnilateral. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre o papel da Educação Física no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Educação Física, Ensino Médio Integrado, Educação Profissional e Tecnológica, Rede Federal.

1. Introdução

O Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma forma possível para a superação da dualidade educacional, ocasionada pela luta de classes no capitalismo, onde a educação era apenas destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força

de trabalho e àquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade (RAMOS, 2014).

Portanto, a EPT surge como um viés integrador, sem distinção de classes, visando a formação humana e integral voltada para o mundo do trabalho e para a inserção do cidadão na sociedade. Segundo Pacheco (2011) a referência fundamental para a Educação Profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte, sendo uma educação que visa emancipar o sujeito em seu processo de formação humana, e promovendo-o a um desenvolvimento por completo em sua totalidade.

Nesse contexto, o componente curricular de Educação Física (EF), quando aplicado no Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), não deve ser considerado apenas como um momento de recreação do estudante. Segundo Neira (2007) a Educação Física é de extrema relevância no currículo escolar do estudante, pois através das suas aulas, ocorrem uma vasta construção de valores, auxiliando no desenvolvimento de suas potencialidades motoras, cognitivas, afetivas, sociais, bem como na formação integral do indivíduo.

Dessa forma, a Educação Física pode ser citada nas mais diversas áreas relacionadas diretamente com a sua importância na sociedade atual, como práticas desportivas, lazer, recreação, tratamentos profiláticos, tratamentos de problemas da saúde, ou até nos diferentes valores humanos, como por exemplo nos padrões de beleza. O papel da Educação Física na formação do estudante segundo Castellani Filho (2013) é mais que apenas uma atividade física na escola, pois o componente curricular de Educação Física faz parte de um currículo integrado à formação integral do sujeito.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre as contribuições da Educação Física no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica como forma de integrar ciência, trabalho e cultura.

2. A Educação Profissional e Tecnológica do Brasil

A história da educação no Brasil e a sua respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico

brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional. (RAMOS, 2014).

Nesse contexto, a partir da década de 1930, conforme cita Ramos (2014), a necessidade econômica de se ter trabalhadores formados na área em que atuam, torna-se uma obrigação econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese, quando se destinou a proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna, nos termos do decreto de Nilo Peçanha, de 1909.

No decorrer do tempo, com a aprovação da nova Constituição Federal de 1988, onde afirma no seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Bem como na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que cita em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Percebe-se claramente que houve uma evolução nas discussões sobre as políticas educacionais. Em 2003, o Ministério da Educação, promoveu dois seminários que foram o primeiro passo para o debate sobre a EPT. Como resultado, em 2004, foi publicado o documento "Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a EPT". Assim, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica assumiu a incumbência e o desafio de estruturar uma política que desfizesse a dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional (SEMTEC 2007).

Levando em conta ser imprescindível e apropriada à formação da classe trabalhadora brasileira no sentido de sua autonomia e emancipação (SEMTEC 2007), como marco da nova política de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, foi instituída a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) por meio

da Lei nº 11.892/2008. Os Instituto Federais se organizaram a partir de instituições já consolidadas pela sociedade, como os CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às universidades federais, partindo, portanto, de uma estrutura existente e ativa (PACHECO, 2011).

De acordo com Pacheco (2011), a missão dos institutos não é formar um indivíduo apenas para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão que compreenda onde está inserido, restabelecendo-se como um sujeito crítico, político e intelectual, comprometido com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

Dessa forma, o que se propõe é uma formação omnilateral, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana e contextualizada, associada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

3. Princípios teórico-metodológicos nas diretrizes para o ensino técnico integrado

Um dos propósitos das diretrizes metodológicas do Ensino Médio Integrado é a formação integral do estudante, procurando desatrelar o indivíduo da formação por partes, fragmentada. Também assumindo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Segundo Pacheco (2011) o homem e o trabalho é a ligação principal para que ocorra uma Educação Profissional e Tecnológica voltada para uma formação integral, sendo elementos unidos no decorrer do seu cotidiano social, transformado em um ser completo por meio de suas experiências inseridas ao longo das suas vivências.

Sendo a interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, promovendo assim a articulação da educação básica com a educação profissional e tecnológica, enfatizando a integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social.

De acordo com Frigotto (2003), a omnilateralidade deve ser procurada como excelência em todas as disciplinas, para que seja capaz de proporcionar uma formação integral no “desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral”.

A omnilateralidade tem como conceito a ruptura do homem limitado pela sociedade capitalista, contrapondo a unilateralidade, onde a sociedade burguesa impõe uma formação alienada, pela divisão social do trabalho, por meio do desenvolvimento específico do indivíduo.

Por sua vez, Gramsci (2001) enfatiza que a escola deveria seguir a linha da escola única, inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibrasse de forma igual o progresso da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

Manacorda (1990), em *O princípio educativo em Gramsci*, manifesta alguns traços da proposta educativa de Gramsci, como a atitude criativa que a escola deve assumir e ser capaz de oportunizar aos governados uma formação para também serem governantes.

Na sugestão de escola unitária de Gramsci, segundo Manacorda (1990), estariam ligados ao trabalho intelectual e ao trabalho industrial. Também indica que a escola unitária vai ao encontro da omnilateralidade e é o lugar onde ela deve ocorrer. A mudança para a escola unitária não ocorrerá sem fase de transição, e existirão diversas escolas, e entre estas, as escolas técnicas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 (BRASIL, 1996), o Ensino Médio é a última etapa da educação básica. Modalidade de ensino baseada no conhecimento de cunho geral, formada por disciplinas propedêuticas, como português, ciências, matemática, geografia, artes, história, fazendo parte delas também a educação física. Em 2004, através do Decreto 5.154 foi criado o Ensino Médio Integrado (BRASIL, 2004), sendo ofertado tanto nas redes públicas como nas redes privadas de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram publicadas em 20 de setembro de 2012, na resolução 06/12 (BRASIL, 2012). Definindo que, além dos conhecimentos gerais do Ensino Médio, o EMI busca a integração dos eixos: Ciência, Trabalho e Cultura.

Ensino Médio Integrado deve ser uma proposta pedagógica comprometida com uma formação integral, segundo Araújo e Frigotto (2015). Proposta esta que não se contenta apenas com a socialização de parcelas isoladas da cultura sistematizada e compreenda o direito de todos a uma

formação que desenvolva as faculdades físicas e intelectuais, portanto, uma formação omnilateral, diferente da educação profissionalizante tecnicista, que atua de forma fragmentada.

Onde, conforme Libâneo (1983) a tendência liberal tecnicista subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de "recursos humanos" (mão-de-obra para indústria), e a sociedade industrial e tecnológica. Desenvolvendo apenas algumas capacidades humanas em detrimento de outras e que proporcionam aos estudantes, normalmente pertencentes à classe trabalhadora, o desenvolvimento de capacidades cognitivas básicas e instrumentais, negligenciando seu desenvolvimento criativo, intelectual e político.

De acordo com Araújo e Frigotto (2015) a serventia social é primordial, quando é criada a grade curricular da educação integrada e não apenas a necessidade do mercado de trabalho. Buscando, assim, a formação no indivíduo das mais diversas capacidades, a fim de colaborar na construção de uma sociedade mais igualitária.

Ramos (2010), defende um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. A sua identidade como última etapa da educação básica deve ser definida mediante um projeto que desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem.

O ensino médio integrado ao ensino técnico é uma condição social e, historicamente necessária para construção do ensino médio unitário e politécnico e, não aquela que só é possível em outra realidade, mas uma concepção de educação que busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade.

4. Educação física no Brasil

A Educação Física foi influenciada pelo militarismo e até próximo à década de 1960, o método de ensino da Educação Física, oficialmente adotado nas escolas brasileiras, era de origem militar, sendo posteriormente adotados os métodos ginásticos europeus, principalmente, o método francês, higienista, que

consistia em um conjunto de exercícios para aperfeiçoamento físico através das propostas: jogos, flexionamentos, exercícios educativos, aplicações, esportes individuais e esportes coletivos (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Além das influências dos militares, da eugenia e dos métodos ginásticos europeus, a Educação Física também sofreu influências do próprio pensamento pedagógico. Este método procurava incorporar o conteúdo esportivo aos métodos da Educação Física, com ênfase no aspecto lúdico, englobando o indivíduo na totalidade. A partir da década de 1970, o Esporte na Educação Física atingiu seu auge, sofrendo importantes influências no aspecto político, com a ascensão do Regime Militar.

Segundo Castellani Filho (2013) um dos autores de referência sobre a história da Educação Física no Brasil, descreve em seus livros que o objetivo do governo militar, era investir na disciplina, para formar um exército composto por uma juventude forte e saudável. No final da década de 1970, surgiram novas propostas pedagógicas na Educação Física Escolar, em oposição aos movimentos: tecnicista, biologicista e esportivista, pois o esporte na escola precisava ser tratado de uma maneira diferente do esporte competitivo.

Surgindo movimentos comprometidos em rever a função social do sistema educacional brasileiro, questionando o seu compromisso em combater as desigualdades, assumindo seu empenho no desenvolvimento social e na promoção da dignidade da pessoa humana (CASTELLANI FILHO, 2013).

Existindo as concepções críticas, voltadas à formação crítica do homem. Sendo as abordagens: crítico-emancipatória, concepção de aulas abertas e crítico-superadora, sendo esta última a qual irei me aprofundar mais sobre sua relevância na EPT.

A abordagem Crítico-Superadora utiliza o discurso da justiça social como ponto de apoio, sendo baseada no marxismo. No Brasil, como principais colaboradores podemos citar, Valter Bracht, Lino Castellani Filho e Carmem Lúcia Soares (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Em princípio essa abordagem valoriza a questão da contextualização dos fatos sendo compreendida como um projeto político-pedagógico. Sugerindo que os mesmos conteúdos devam ser trabalhados de maneira mais aprofundada ao longo dos anos, sendo eles, conhecimento sobre o Jogo, Esporte, Dança, Ginástica e a Capoeira.

Por fim, temos a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), que não se trata de uma abordagem pedagógica, mas sim, um documento oficial do Governo Federal que visa conduzir a educação brasileira, que recomenda, no que se refere aos conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes de todo o país na Educação Física, que seja o conjunto de práticas corporais: jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, esportes e atividades corporais de aventura.

A Educação Física, na perspectiva Crítico-Superadora é uma interação social entre dois ou mais seres que se encontram em determinada classe social e, num dado momento histórico, apropriam-se daquilo que o homem produziu no transcorrer da história em relação ao movimento corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Nesse sentido, esta aproxima-se da pedagogia histórico-crítica ou crítico-social, que segundo Saviani (2008), articula educação e sociedade, considerando que a sociedade é dividida em duas classes com interesses opostos.

A abordagem Crítico-Superadora tem por base o livro publicado em 1992, sob o título: *Metodologia do Ensino da Educação Física*, tendo como autores: Carmem Lúcia Soares, Celi Neuza Zulke Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht. Segundo esses autores, a Educação Física pode ser entendida como uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de Cultura Corporal.

Pode-se entender a Cultura Corporal como formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história e exteriorizados pela expressão corporal. Essa abordagem procura desenvolver uma reflexão sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Ampliar a discussão sobre os princípios defendidos por essa abordagem e sua relação com a concepção de formação integral, currículo integrado e trabalho como princípio educativo.

5. O Profissional de Educação Física no Ensino Médio Integrado

Atualmente existe muita dubiedade a respeito da função que o professor de Educação Física deve desempenhar no EMI. A princípio, quando se é mediador, aconselhador e coordenador do processo entre o conhecimento e o adolescente se pode imaginar com isso um papel menor ao professor. De acordo com Domingos (2020) o papel da Educação Física na formação do estudante é mais do que fazer uma atividade física na escola, pois a “disciplina de Educação Física faz parte de um currículo integrado que preconiza a formação omnilateral do sujeito, ou seja, uma formação que não é unilateralmente provocada pelo trabalho alienado, pela divisão do trabalho e pela separação do trabalho e da educação” (DOMINGOS, 2020, p. 17).

Por ser mediador a pessoa torna-se mais exigida, o perfil do professor de Educação Física vem mudando através dos tempos, hoje a Educação Física, de acordo com todas as propostas para a área, deve ser atrelada ao processo educacional, onde o professor já não se pode ser encarado como o dono do saber absoluto, pois agora deve ensinar e aprender ao mesmo tempo, conforme Paulo Freire (1987) afirma:

Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de “experiência feita” para ser de experiência narrada ou transmitida. Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, menos desenvolvem em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (FREIRE, 1987, p. 34).

Se quisermos mudar essa ideia de educação bancária, devemos compreender as finalidades da EF e os princípios da educação do EMI, o sentido da EF no que se refere à Educação Integral, é contemplar as diferentes dimensões dos estudantes e trabalhar o movimento para o desenvolvimento unilateral do sujeito. Precisamos entender que a Educação Física não deve ser auxiliar de nenhuma outra disciplina, e sim que todas elas existem pontos coincidentes, que devem ser explorados sem que se percam de vista os objetivos da cultura corporal do movimento (DOMINGOS, 2020).

A Educação Física Escolar a muito tempo grita por maior atenção nas escolas, pois faz parte desse meio e merece respeito, quando comentamos a respeito estamos argumentando a sua importância na vida do estudante.

A concepção de Educação Física e seus objetivos na escola devem ser repensados, como a correspondente transformação de sua prática pedagógica, assumir a responsabilidade de formar um cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal do movimento, sendo um ser praticante lúcido e ativo, que incorpore o esporte e os demais componentes da cultura corporal em sua vida para deles tirar melhor proveito possível (JUNIOR; TASSONE, 2013).

Ao realizarem um estudo sobre a integração da Educação Física e as demais disciplinas no Ensino médio integrado, Bagnarra e Boscatto (2021) analisaram os limites e possibilidades da inserção dos conhecimentos específicos do componente curricular de educação física articulados aos conhecimentos dos demais componentes curriculares. Assim, podendo contribuir com a formação de sujeitos políticos, fornecendo um quadro referencial básico que possa auxiliá-los no exercício da cidadania. Porém, para que esta articulação e a integração aconteça é importante ressaltar o valor dos professores em participar, sendo o protagonista principal na elaboração de propostas baseadas em suas experiências e, assim, estabelecendo consensos coletivos sobre a práxis pedagógica.

Em estudo a partir de suas experiências como professor de Educação Física em cursos de ensino médio integrado no IFMS, Silva (2020) ressalta em seu argumento que precisamos de um olhar otimista sobre as diversas funções atribuídas ao professor, sobre a escolha por conteúdos voltados para a cultura corporal de movimento como referência no currículo dos cursos, sobre a organização institucional e sobre a valorização de projetos pedagógicos.

De acordo com as leituras realizadas nos autores acima, Silva (2020) e Bagnarra e Boscatto (2021), concorda-se com os pensamentos quando se afirma que a possibilidade de validar pedagogicamente a Educação Física aplicada no Ensino Médio Integrado atravessa necessariamente pelo protagonismo do professor, que, embasado em bons referenciais pedagógicos, pode auxiliar na formação de uma sociedade mais humana e justa. Espera-se que este trabalho auxilie com pesquisas que abordem o trabalho da Educação

Física do Ensino Médio Integrado à EPT e a sua sistematização curricular, para que possamos entender suas contribuições para a formação emancipatória, integral e humana, defendida pelos Institutos Federais.

6. Considerações finais

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica busca integrar a pessoa humana ao mundo do trabalho e à sociedade como um todo. A Educação Física, quando inserida nesse contexto, transcende a mera recreação e/ou esporte, tornando-se fundamental na construção de valores, no desenvolvimento das capacidades do estudante e na formação integral do indivíduo.

As diretrizes metodológicas do Ensino Médio Integrado procuram superar a fragmentação da formação, assumindo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos. Considerando tais diretrizes, a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil amplia a capacidade de contribuição social na formação do estudante, interligando a ciência, trabalho e cultura.

No contexto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, a reflexão sobre a Educação Física torna-se fundamental para a formação emancipatória e integral dos estudantes, contribuindo na construção de uma sociedade mais justa, humana, crítica e democrática.

6. Referências

ARAÚJO, Ronaldo. Marcos de Lima.; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, v. 52, 2015. p. 61-80. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. (Acessado 10 de agosto de 2023).

BAGNARA, Ivan.Carlos; BOSCATTO, Juliano.Daniel. Integração Curricular no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: O panorama da Educação Física. *Educitec, Revista Estudo e Pesquisa de Ensino Tecnológico*. 2021. <https://www.scielo.br/j/rbce/a/nYHQPkXjRfPBFPbqkJXt5K/> (Acessado 7 de agosto de 2023).

BERTINI Junior, N.; TASSONI, Elvira. C. M. A educação física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*

Física Esporte, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 467-483, 2013. DOI: 10.1590/S1807-55092013000300013.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Brasília: publicada em 23 de julho de 2004.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao (Acessado em 11 de novembro de 2022).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao (Acessado em 11 de novembro de 2022).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, [1996]. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf> (Acessado em 11 de novembro de 2022).

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 06 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 (Acessado em 11 de novembro de 2022).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf> (Acessado em 11 de novembro de 2022).

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Brasília: MEC, 2007. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf (Acessado em 11 de novembro de 2022).

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil a história que não se conta**, 18º edi. Campinas: Papyrus (Coleção Corpo & Motricidade), 1988.

CASTELLANI FILHO, L. As concepções de Educação Física no Brasil.

Horizontes – Revista de Educação, n.2, v1, 2013.

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/3162/1712> (Acessado em 11 de dezembro de 2022).

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DOMINGOS, J. **O papel da Educação Física na formação omnilateral: uma contribuição ao debate do ensino médio integrado**. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Câmpus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Charqueadas, RS,

2020. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572368> (Acessado em 21 de novembro de 2022).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Caderno 13: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. 1983. https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/tendencias_pedagogicas_libaneo.pdf (Acessado em 20 de outubro de 2022).

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

NEIRA, M. G. **Ensino de Educação Física**. São Paulo: Thomson Learning (coleção ideias em ação), 2007.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. https://www.fundacaosantillana.org.br/wpcontent/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf (Acessado em 30 de julho de 2022).

RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica**. In MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 2 p. 42 a 58 https://edifes.ifes.edu.br/images/stories/livros/ebook__Educa%C3%A7%C3%A3o_b%C3%A1sica_integrada_%C3%A0_educac%C3%A7%C3%A3o_integral.pdf (Acessado em 21 de novembro de 2022).

RAMOS, M **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico], v 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná (Coleção formação pedagógica), 2014. <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> (Acessado em 21 de novembro de 2022).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras Aproximações**. V.10. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tiago Amaral. **Educação Física escolar: Possibilidades para os cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 19, p. e9660, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.9660.

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9660> (Acessado em 29 de novembro de 2022).

Autores

Raimundo Naldo Uchôa Junior¹, Tassiane dos Santos Ferrão^{2,*}

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista-RR, Brasil.
2. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Br 174, Km 512, Caracaraí-RR, Brasil.

* Autor para correspondência: tassiane.ferrao@ifrr.edu.br